

XIII Encontro Nacional de Pesquisa em *Ciência da Informação* –
XIII ENANCIB 2012

GT 10: Informação e Memória

DAS FONTES DO PASSADO À MEMÓRIA EM CONSTRUÇÃO

Comunicação Oral

Gilda Maria Whitaker Verri - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
gmverri@yahoo.com.br

DAS FONTES DO PASSADO À MEMÓRIA EM CONSTRUÇÃO

Resumo: Os estudos sobre informação e memória têm nos dados históricos e nos significados um alicerce comum. Para a história da memória a contribuição da informação abre espaço para se perceber o campo teórico e as práticas da ciência da informação. O objetivo desta comunicação é ampliar as fronteiras da Ciência da Informação, privilegiando a abordagem histórica e epistemológica, verificando qual o sentido estratégico de informações contidas em um manuscrito do século XVIII, que repercutiu amplamente na sociedade colonial brasileira. A proposta é explicativa, dando sentido e função à dinâmica da ciência da informação na sociedade.

Palavras-chave: Informação e memória coletiva; Informação e História social; Jesuítas em Pernambuco (Brasil)

Abstract: Studies on information and memory are based on historical data and on the meanings of a common foundation. The contribution of information to the history of memory is to amplify the field of Information Science. Here, the proposal is to extend the frontiers of Information Science aims to develop research and contribute to the ownership of information, beginning with a manuscript of the XVIII century which reflected Brazilian society. The proposal is to explain the meaning and function to the Information Science in the society.

Keywords: Information and social memory; Information and Social History; Jesuits in Pernambuco (Brazil)

1. Introdução

O foco deste trabalho é verificar como a informação contribui para a história da memória, dando significado à ciência da informação, vez que informação e memória têm nos dados históricos e nos significados uma base comum, que propicia a capacidade individual e ou coletiva de perceber a ação das forças que transformam a dinâmica

social. Teorias e conceitos alicerçam abordagens históricas e epistemológicas, entendidos sob a ótica de determinadas estruturas sociais, ou seja, segundo o modo de produção de uma sociedade e das relações que se estabelecem entre os grupos, as classes e a divisão do trabalho. Assim, informação e memória não são palavras de cunho ingênuo, elas se instituem, tem função, desdobram-se, põem-se em rede, são mutáveis, acompanham e produzem efeito na sociedade.

Falar em memória é ter presente o esquecimento, binômio que, por um lado pressupõe registro, preservação, reformulação de informações, e por outro, considera o silêncio, o esquecimento, a eliminação, o apagamento como um recurso válido para a interdição, o indizível, a ocultação de informações. A apropriação ou expropriação da informação pela memória é indissociável das práticas e representações postas em circulação em um determinado tempo. Daí a possibilidade da memória ser construída, ressaltada ou silenciada por meio de mecanismos de ação, por exemplo, quando datas ou temas são comemorados, ou por meio de representações, tais como comemorações ou lembranças imaginadas (MENEZES, 20017, p. 29).

As informações registradas em diferentes suportes, selecionadas, agrupadas e organizadas em bibliotecas, arquivos e museus, formam os lastros do conhecimento, dos saberes estruturadores da memória de indivíduos e de coletividades. Esses espaços ou lugares da memória, que demarcam, preservam, e permitem a circulação da produção intelectual, científica e cultural da sociedade, têm nos documentos aí contidos o tempo e a duração de informações a serem interpretadas, apropriadas, memoriadas ou até expropriadas.

Nesses lugares, reconhecidamente instituídos, “a informação não é um signo, e sim uma *relação* estabelecida entre dois lugares, o primeiro, que se torna uma periferia, e o segundo, que se torna um *centro*, sob a condição de que entre os dois circule um *veículo* que denominamos muitas vezes de forma, mas que para insistir em seu aspecto material, eu chamo de *inscrição*” (LATOUR, 2000, p. 22). Para ter eficácia, os dois pontos, tendo como suporte ou veículo o registro documental, estabelecem a relação entre dois lugares em tempos diferentes ou simultâneos e permitem sejam confrontadas e avaliadas as condições de vida, as peculiaridades dos lugares e as fragilidades dos indivíduos, que fazem parte do conjunto de fatos e problemas registrados mediante informações antes não obtidas ou imaginadas.

Para analisar o uso da informação e da memória no mundo cada vez mais instantâneo, fragilizado e globalizado, é preciso recorrer à interdisciplinaridade, como

uma possibilidade de reintegrar ou reconstruir o todo, de não se limitar “à análise fragmentadora das disciplinas particulares” (SANTOS, 1996, p. 22) ou de restringir-se a informações isoladas ou desconexas.

Nessa direção, dá-se a oportunidade de validar dados históricos a partir da materialidade de um texto produzido em Pernambuco, no começo da segunda metade do século XVIII, buscando para a Ciência da Informação o apoio da História social a fim de ampliar significado e valores à memória coletiva. Diante da delimitação do tempo e do espaço, justifica-se a análise das informações contidas em um registro documental produzido por um corpo de servidores representativo do poder real emanado da corte portuguesa, em Lisboa, em terras coloniais. A escolha de um documento autêntico como fonte de informação, como recomenda a escola positivista, indica e anuncia uma prova, um dado histórico, que recorta e fixa a memória do tempo passado. Entender e avaliar as informações registradas em decorrência do rompimento entre a Coroa portuguesa e a Companhia de Jesus, constitui o objeto de estudo ora em desenvolvimento.

Dado o recuo temporal e a definição dos lugares, convém esclarecer os objetivos: Verificar qual o sentido de informações contidas em texto escrito em letra do século XVIII, cingindo os bens fixos, móveis e semoventes dos Jesuítas na Capitania de Pernambuco, que a época abrangia Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e parte do Ceará. Ainda: Identificar no contexto da Capitania de Pernambuco quais as consequências e a repercussão das ordens régias proibindo a Companhia de Jesus de atuar no Reino, em particular na Capitania de Pernambuco.

É pressuposto que as medidas postas em prática pela política colonialista evidenciam as estratégias e o sentido político-administrativo das atividades socioeconômicas e culturais no contexto colonial, provocando, em lugares distintos, transformações no processo de formação da sociedade laica e ou religiosa que repercutem nos dias atuais.

Para a transferência de memória, a busca por informações preservadas em espaços distintos, leva à consulta, à verificação e à análise de outros documentos de época, que permitem identificar e validar fatos e papéis exercidos por personagens, ou movimentos coletivos, de modo a que a pesquisa seja explicativa, com vistas a dar conta do entendimento das leis, dos usos, dos interesses econômicos, das mudanças no aparato educacional e do controle das relações instituídas pela Coroa portuguesa na Capitania de Pernambuco.

2. O lugar de memória documental e coletiva

A partir de uma peça rara de natureza bibliográfica e arquivística, de propriedade do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP – é possível avaliar, com informações diretas e seguras, a participação e a atuação dos Jesuítas na vida da Capitania de Pernambuco. É em um espaço de memória que a preservação do **“Livro dos Bens Livres pertencentes aos Jesuítas dos Colégios de Olinda e Recife, Pernambuco”** tem consolidado no presente a memória de um tempo passado.

Neste sentido, vale dizer que a preservação dos registros em um lugar propício permite novas formas de difusão, apropriação e percepção de informações. É quando e onde se destaca o IAHGP, por ser uma instituição jurídica de direito privado fundada em 28 de janeiro de 1862. O primeiro Presidente foi Monsenhor Muniz Tavares, partícipe das Revoluções dos Republicanos de 1817 e 1824. É a mais antiga das entidades estaduais correlatas, instalada no prédio de estilo neoclássico, sede própria, doada em 1910, pelo então governador Manuel Borba. O quadro de sócios é representativo da intelectualidade amante da memória de Pernambuco, comunicando-se frequentemente com instituições congêneres.

A instituição é mantida por contribuições mensais dos sócios efetivos, sem subvenção pecuniária pública. Daí as dificuldades em proporcionar atendimento diário a pesquisadores ou a manter melhor conservado o imenso e rico acervo bibliográfico, arquivístico e museológico, assim, preserva fontes documentais inexistentes em outros locais. – É uma verdadeira constante entre as instituições públicas e privadas de preservação e divulgação da memória a penúria com que se mantêm. – Os sócios do IAHGP – pesquisadores, professores, historiadores, arqueólogos, jornalistas, advogados, arquitetos, economistas – encontram-se em sessões plenárias e temáticas duas vezes por mês. Reúnem-se aos sábados para pesquisas específicas e atendimento ao público interessado em Genealogia e História.

Por decisão estatutária, o IAHGP tem como objetivo principal a preservação e a divulgação da memória dos fatos históricos e o alerta à continuidade dos monumentos desse Estado. Portanto, tem defendido a conservação de documentos pessoais e ou coletivos, preservado a hemeroteca, os objetos patrimoniais e ou históricos. Desde 1863 divulga trabalhos e pesquisas na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico Pernambucano* (RIAP), ISSN 0103-1945.

Há mais de 60 anos presta serviços à Prefeitura do Recife, assessorando e defendendo a preservação dos lugares e dos nomes representativos em avenidas, ruas e praças, o que atende ao disposto na lei orgânica do Município N°. 1 223, de 12 de junho de 1951, e na subsequente. As coleções de manuscritos foram tombadas em 20 de abril de 1938 (Livro das Belas-Artes, v.1, n. 35, Proc. 129 T|38), pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Faz ainda acompanhamento à demarcação e ou identificação de pesquisas arqueológicas.

Mobiliário, peças em madeira, porcelana, cerâmica indígena, pedras e marcos divisórios territoriais, retratos de personalidades em óleo sobre tela, fotografias, desenhos e gravuras, painéis das batalhas dos Guararapes, peças em metais diversos, adereços, liteiras, primeira prensa do jornal Diário de Pernambuco, todos são componentes do Museu, diariamente aberto à visitação pública.

Os acervos de natureza bibliográfica, arquivística, iconográfica, cartográfica, mineral e museal vieram de compras ou de doações particulares, individuais ou coletivas, sempre de natureza histórica, arqueológica ou geográfica. À coleção de manuscritos, livros e periódicos raros juntam-se outras mais recentes, de valor para pesquisas da atualidade. O acervo bibliográfico tem mais 30.000 documentos, incluindo livros, folhetos, periódicos do século XIX, manuscritos, disponíveis aos sócios e, em horários predeterminados aos pesquisadores, por serem os sócios quem orientam as consultas externas disponibilizadas duas vezes por semana para pesquisadores locais, nacionais e estrangeiros.

Dentre os documentos de cunho arquivístico estão os inventários *post mortem* desde o século XVII e os mapas antigos pertencentes ao IAHGP, de inestimável valor histórico, econômico e cartográfico. A propriedade e as condições de conservação dos acervos credenciam a instituição como de preservação de memória coletiva da antiga Capitania doada a Duarte Coelho Pereira, depois tornada Província, por fim, Estado de Pernambuco.

3. A informação documentada

Dentro das condições de culto à preservação da memória e de difusão do saber, o documento bibliográfico do IAHGP, intitulado “**Livro dos Bens Livres pertencentes aos Jesuítas dos Colégios de Olinda e Recife, Pernambuco**”, perpetua as informações sobre questões de história cultural, patrimônio e negócios jesuíticos desde o século XVI.

Por outro lado, durante muito tempo desaparecido, desconhecido e esquecido, o livro revela um período de ausência documental, ainda não de todo desvendada, a exigir maior divulgação e pesquisa.

Da data de proveniência ou inclusão do manuscrito “**Livro dos Bens Livres pertencentes aos Jesuítas dos Colégios de Olinda e Recife, Pernambuco**”, ao acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, as anotações são antigas e difusas. Entretanto, sabe-se que as folhas encadernadas, formando um livro de capa dura, em data imprecisa, foram emprestadas ao sócio historiador Fernando Pio dos Santos, e que, após a sua morte, a biblioteca é vendida a um médico que, por sua vez tem a biblioteca alienada ao Sr. José Luiz Garaldi, proprietário da Livraria Antiquário “A Sereia”, antiga “S. Bach”, à Rua Bela Cintra, 202, Consolação, São Paulo.

Em setembro de 2007, em viagem, um dos sócios do Instituto ao visitar a referida Livraria é surpreendido pela oferta de um manuscrito antigo referindo-se a Pernambuco. É confirmado ser o Livro de Tombo há muito considerado perdido. Reconhecido o exemplar, providências são tomadas junto a 13 sócios, para que mediante cotas iguais, cobrissem o preço cobrado pelo antiquário, de modo a reaver o original. O negócio é fechado por R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), coincidentemente em 13 de setembro de 2007.

O manuscrito trata, conforme a folha de rosto informa do:

“**Livro de Bens Livres** e de [Tombo dos Bens perten]centes aos Colégios de Olinda e Recife, Pernambuco, e declara que por ordem de S. Magestade F [...] P [...] e 23 de agosto de 1759 [...] conforme [...] de [...] outubro de 1761 se confiscarão aos Padres denominados Jesuitas no qual se declarão os Livros que por Ordem do mesmo Senhor se puzeran em Prova; os da Coroa e de encargo que se estabelecerão por venda e finalmente todo necessario para por elle se somar [...] o Procurador; a fim de se fazer carga [...] Receita ao Thezoureiro correspondente as parcelas cobradas e evitando-se o descaminho.

Feito em primeiro de Agosto do anno de 1765.”

Confeccionado por ordem expedida em carta régia de 22 de outubro de 1761, dirigida ao Bispo de Pernambuco, o livro tem anotações iniciadas a primeiro de agosto de 1765 que vão até 21 de fevereiro de 1768. São dados contendo a descrição dos bens, valores econômicos, localização e nomes de religiosos e de indivíduos que mantinham

negócios com os Inacianos até 1759 quando, por ordem do Rei D. José I foram expulsos do império ultramarino português.

O documento, com letra do século XVIII, contém um total de 282 folhas numeradas, escritas frente e verso, em papel artesanal feito de trapo bastante corroído por bibliófagos, com marcas do tempo e borrões de tinta, mede 10cm de altura, 38cm de comprimento por 25cm de largura. Para preservar a unicidade e garantir a integridade do documento livre de risco, a acessibilidade é controlada. A raridade do documento firma-se pelo conjunto de informações relacionadas com os bens fixos, móveis e semoventes pertencentes à antiga Companhia de Jesus, e existentes na Capitania de Pernambuco a qual se uniam Olinda, Paraíba e parte do Ceará. Informações atualizadas a época tornam o exemplar de propriedade do IAHGP peça autêntica, rara e insubstituível no Brasil.

O “**Livro dos Bens Livres pertencentes aos Jesuítas dos Colégios de Olinda e Recife, Pernambuco**”, incorporado aos acervos do IAHGP, em data imprecisa, consultado por Pereira da Costa, é citado nos *Anais pernambucanos*. A procedência é desconhecida, embora originado e confeccionado por oficiais escrivães da administração do Reino, em Pernambuco. Desconhece-se a autoria, não apresentando assinaturas, durante os três anos em que foi produzido. É de autoria coletiva não assinada. Isto porque as diferentes caligrafias demonstram terem sido fixadas por diversos oficiais, escrivães, provavelmente oficiais administrativos, ligados à governadoria, conforme disposto em Carta régia de 22 de outubro de 1761, dirigida ao Governador Luís Diogo Lobo da Silva sobre a confiscação e arrecadação dos bens dos Jesuítas (*Revista do IAHGP*, v. 7, n. 43, p. 39-42, 1893).

As características do texto, com datação inicial e final dos registros, revelam a importância dessa fonte de informações para o entendimento das atividades missionárias, a análise econômica e cultural e o traçado urbano revelado pela localização das moradas, especialmente de Olinda e do Recife. Estudos sobre a atuação educacional, político-religiosa, administração dos negócios, empreendimentos, serviços desenvolvidos e controle da mão de obra, pelos Inacianos, podem ser demonstrados em dados básicos mediante consulta a esse livro de tombo dos bens existentes na Capitania.

A singularidade do documento relativo aos bens dos Jesuítas na Capitania de Pernambuco pode ser afirmada, vez que permite visualizar, no “sumário”, as páginas das informações referentes aos Colégios de Olinda, Recife, Paraíba e Ceará, e descreve

com precisão os bens de raiz, móveis e semoventes, onde estavam localizados, quem os geria, incluindo datas e valores pagos por terceiros.

Devido ao frágil estado de conservação em lugares outros, fora do IAHGP, enquanto esteve desaparecido, o exemplar manuscrito hoje está guardado em segurança, longe do alcance de manuseios. Para permitir a leitura do texto, as folhas foram fotografadas, evitando-se o processo direto de digitalização. Diferentemente dos livros de tombo de outras capitanias, como São Paulo, Bahia, Sergipe e Espírito Santo, o conteúdo, ainda não foi trabalhado por pesquisadores, embora tenha sido insistentemente procurado pelo historiador português e ex-diretor da Biblioteca Nacional de Portugal, Jorge Couto, para complementar a dissertação *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio*. Lisboa: 1990.

Diante desse manuscrito, que retrata todo um aparato patrimonial construído pela ação de formação e transformação da sociedade dos primeiros tempos do Brasil, qual o significado dessa informação para os dias atuais? Como as letras do século XVIII repercutem, quando a caligrafia perde espaço para os teclados e a instantaneidade do presente provoca uma compulsão febril em busca de sons, imagens e números? Como olhar essas informações do passado com as perspectivas do presente? Qual o sentido da preservação de documentos históricos nos dias atuais? As respostas não parecem ser imediatas ou simples.

O encaminhamento das respostas encontra em Capurro (2009) a travessia do termo *informação* através do tempo. A origem latina e o uso da palavra é localizada em autores antigos, como Tertuliano (ca. 160-220 A.D.) que menciona Moises *populi informator*, um educador do povo, no sentido pedagógico e político do termo. A esta primeira aproximação da palavra ao foco deste trabalho, ajunta-se o sentido escolástico: dar forma a uma matéria, ou de forma mais atual: dar conhecimento de alguma coisa a alguém. Moderna, a informação torna-se básica para o funcionamento da sociedade, um bem intangível, mas que compreende natureza, valor e trabalho ao qual se agregam conhecimento e tecnologia.

A recuperação dos dados históricos, por meio de uma prática social e da riqueza da linguagem, dá consistência e significado à memória, porque amplia a “capacidade de perceber as transformações da sociedade pela ação humana, permitindo que se tenha quase que afetivamente – e não apenas cognitivamente – a experiência da dinâmica social da ação das forças que constroem a sociedade e que podem mudá-la a todo instante”. (MENEZES, 20074, p. 21).

4. A Companhia de Jesus

Presentes na colonização do Brasil durante 210 anos, porque chegada com Tomé de Souza, a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola, em 1540, atende aos interesses do Reino de Portugal. Desde os primeiros anos do Brasil, os Inacianos fazem da língua portuguesa um instrumento de homogeneização cultural, de demarcação territorial, e de uso na catequização dos índios. Considerada a ordem mais rica do Brasil até 1759, tem nomes e personagens que exercem influência tanto no campo religioso quanto no científico, econômico, político e diplomático.

Destacados em todo o império ultramarino, na Capitania de Pernambuco, que inclui Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e parte do Ceará, os Jesuítas têm atividades missionárias, fundam paróquias, vilas, exercem funções educativas, que se ampliam via colégios com alto nível de ensino, repercutindo nos exames da Universidade de Coimbra. Mediante privilégios reais, os subsídios e as doações de particulares são administrados diretamente. Assim, as fontes de renda se acumulam com a posse de propriedades rurais, engenhos de açúcar, escravos, casas de moradas, animais para corte. Antonil, em *Cultura e opulência no Brasil* refere-se a essa riqueza, o que lhe ocasiona o confisco do livro, pelo Conselho Ultramarino, vez que a obra difunde informações relevantes, capazes de instigar a cobiça de outros poderosos. Esses bens amealhados e administrados localmente compõem o quadro de dados e de informações históricas registrados após a deportação dos Inacianos.

Mas a riqueza das ordens religiosas, demonstrada pela posse de propriedades, de bens fixos, de escravos e outros mais, chama a atenção do estadista D. Luís da Cunha, embaixador da corte de D. João V, arcediogo da Sé de Évora e desembargador do Paço. O alerta a El Rei dá início a futura extinção da Ordem de Santo Inácio, posta em execução pelo ministro de D. José I, o Conde Oeiras, futuro Marquês de Pombal, também voltado para as medidas de dessacralização do poder.

Em 1759, no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a ordem régia de 3 de setembro assinada por D. José I, rei de Portugal, [e dos Algarves, daquém, e dalém Mar, em África, Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação, e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia, &c.] ordena que religiosos da Companhia, “fossem tidos, havidos e reputados como *desnaturalizados, proscritos, e exterminados* do território português e de todas as terras de além-mar”, confere Paulo de Assunção, em *Negócios jesuíticos* (2004, p. 29).

Ordem a ser cumprida via Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, do Conselho do Rei e chanceler da Casa da Suplicação, em vista das “Perniciosíssimas maquinações com que os Religiosos de que se compõem o governo da Sociedade de Jesus nestes Reinos, e seus Domínios, haviam neles concitado, e rompido as escandalosas sedições”, como escreve Pereira da Costa, nos *Anais pernambucanos* (1983, v. 1, p. 425; v. 6, p. 175). Naquele momento, circulam acusações aos Jesuítas, de que teriam participado da conspiração que resultara em atentado ao Rei D. José I, em 3 de setembro de 1758. Os religiosos são seguidos sem que se apercebam, enquanto alguns são deslocados das missões em aldeias indígenas (VERRI, 2006).

As medidas atingem Roma e todo o Reino, alcançando particularmente Pernambuco, para “por em sequestro geral todos os bens móveis, e de raiz, rendas, ordinárias, e pensões que os sobreditos Religiosos possuírem, ou cobrarem nas Províncias ou Território da mesma Casa da Suplicação” (COSTA, 1983, v. 6, p. 177). No comando administrativo e político, o governador da Capitania providencia carta ao Reverendo Padre Reitor Antonio José Correa, do Colégio de Olinda:

“Todos os Religiosos estrangeiros da Companhia de Jesus que nelas se acharem nos conventos, hospícios, missões, fazendas, ou engenhos da sua administração, para na presente frota se recolher a Portugal, o que Vossa Reverencia fará executar na parte relativa a participar-lhe os avisos convenientes, a sem demora se porem a caminho para esta Praça, donde lhes facilitarei o embarque na forma que se me ordena. [...] Espero que Vossa Reverência não falte em concorrer quando estiver da sua parte para pronta e devida execução com que se deve satisfazer a referida ordem” (COUTO, 1990. v. 2, p. 54).

De imediato, os Jesuítas são comunicados pelo bispo de Olinda que não mais poderiam exercer os ministérios sagrados, exceto aqueles que ainda estivessem nas aldeias indígenas. Ao secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Mello, o Bispo Dom Francisco Xavier Aranha envia carta, com a proibição daqueles padres de pregarem e confessarem, a ordem impunha que ficassem reclusos nos colégios, conforme deliberação da Junta composta pelo governador capitão-general Luís Diogo Lobo da Silva (1756-1763), pelo desembargador e ouvidor geral e pelo próprio bispo. (COUTO, 1990, v. 2, p. 92-3).

Aos habitantes da Capitania, e das anexas, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará são repassadas as medidas reais ao som de caixas. O bando¹ referia-se à restituição da liberdade dos índios e à posse dos bens para a Coroa e ao estancamento dos abusos cometidos pelos Jesuítas. Na sede da Capitania ouve-se:

“Para que venha a notícia de todos e se não possa em tempo algum alegar ignorância, se publicará este Bando ao som de caixas na Cidade de Olinda e nesta Praça do Recife, e se afixará na Guarda da Ponte da banda de Santo Antonio, que a sentinela terá muito cuidado dele, recolhendo-o da chuva para que esta o não molhe e o tempo o não rasgue” (COUTO, 1990, v. 2, p. 83-4).

A notícia corria e ao chanceler da Casa da Suplicação o envio de ordem régia é refeita em 23 de agosto de 1759, desta vez enviada a Luis Diogo Lobo da Silva, governador da Capitania. Em Olinda e no Recife, na noite de 7 de dezembro de 1759 as tropas cercam os Colégios dos Jesuítas. Os militares recebem ordens para usar força e violência em caso de resistência. São presos os religiosos, os aspirantes e os leigos ali residentes. Os demais, encontrados em engenhos, residências ou fazendas, ou recolhidos em missões, são postos sob escolta para a viagem de recolhimento. Como único objeto pessoal, o *Breviário*. Do Colégio de Olinda foram recolhidos ao do Recife onde “uma numerosa força armada guardava o estabelecimento” (COSTA, 1983, v. 6, p. 193-4).

Sem comunicação, os presos, alguns jovens, outros velhos e doentes, são enxotados pelas ruas até o cais para dali embarcarem em um navio com destino à Bahia e de lá deportados para o outro lado do Atlântico. “Os que sobreviveram às crueldades infligidas pelas criaturas de Pombal foram mandados para Lisboa”, confirma Charles Waterton, que complementa a informação dizendo terminar naquele momento um longo período de dedicação ao ensino, que “a mão arbitrária do poder em uma noite destruiu e expulsou a ciência [...] Virgílio e Cícero”. O centro de ensino, o Colégio do Recife transforma-se em palácio do governador, tendo antes servido de abrigo para “um animal selvagem de Angola”, ou melhor, a um elefante, como registra, em 1816, o naturalista e viajante inglês, Charles Waterton, informação registrada em documentos sob a guarda do Arquivo Histórico Ultramarino, disponibilizado pelo Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco.

¹ Bando é uma ordem ou decreto emitido por Governadores e Capitães Gerais, proclamado em pregão público, ao som de caixas ou afixado em lugar público, considerado também documento diplomático, tratando de questões cotidianas.

Em 22 de outubro de 1761, a carta régia dirigida ao governador Luís Diogo Lobo da Silva ordena a confiscação e a arrecadação dos bens dos Jesuítas. Os bens e as propriedades das casas onde os encontrassem são confiscados e os documentos recolhidos e postos em segura custódia para posterior registro em livro de tombo. – Vale ressaltar que o registro patrimonial e administrativo do cabedal de bens e negócios administrados pelos Jesuítas efetuou-se nas demais capitanias. Daí o significado nacional do documento em apreço.

As informações anotadas e descritas no “**Livro dos Bens Livres pertencentes aos Jesuítas dos Colégios de Olinda e Recife, Pernambuco**” formam um repositório de dados que retratam não apenas a forma de administrar riquezas, os valores econômicos atribuídos aos bens, mas reconstituem a forma de gerir e estimular a cultura, por meio da difusão da língua portuguesa nos colégios, dos modos de civilidade que se enraizam durante o longo período colonial, além de demonstrar e preservar o traçado urbano, por meio da localização das casas de morada nas vilas.

Por outro lado, de forma sucinta, as informações indicam e demonstram o arremate de várias propriedades pertencentes aos Jesuítas, mas provisoriamente em mãos de particulares. Quanto às posses, são também descritas algumas “moradas de casas” na Rua dos Quatro Cantos, em um local “junto ao Varadouro”, na Rua do Amparo. Tudo em Olinda. No Recife, aparecem detalhes de arrendamento de casas na “Rua de Luiz Ferreira”, na Praça do Polé, na Rua do Colégio, da Cruz, do Queimado, do Livramento, da Penha, do Rosário, das Trincheiras, do Fogo, da Senzala, Beco do Pacheco. Na Rua do Rosário, foram arrendadas algumas casas para vários “pretos”, como um tal Manoel Diaz . Também há a descrição de vários sítios nos Manguinhos, Soledade, Estrada de Belém, Santo Amaro e Santo André. Nomes que se mantiveram nos bairros. É registrado pelo menos um arrendamento de engenho, com bois e escravos, bem como o levantamento de várias “fazendas”. Há registro do valor de três escravos “que se libertaram”.

Enfim: As informações que compõem o arcabouço do **Livro dos Bens** carregam dados de um tempo e de um lugar no passado, que a cultura e a memória do presente apreendem em busca da consciência histórica registrada pela consistência da memória.

5. Conclusão

A informação, de natureza difusa e escorregadia, adquire consistência, significado e valor quando disciplinarmente é apreendida pela Ciência da informação, que interdisciplinarmente busca intercâmbio com um campo de saber específico. No caso, a História social vem auxiliar a construção do objeto de pesquisa, por meio de dados históricos registrados e nominados como a extinção e a expulsão da Companhia de Jesus, fato que gera, entre outros, a produção de “livros de tombo dos bens dos Jesuítas”. Livros que por si só representam uma profunda fonte de pesquisa. São informações relevantes para a história socioeconômica, política e cultural do período colonial que fundamentam a memória coletiva facultando a comunicação em redes diversificadas de interação.

Há que se destacar os espaços da e para a recuperação da memória nacional, aonde a conservação dos registros escritos, iconográficos, imagéticos, cartográficos e outros, definem e transmitem os movimentos do pensamento e da produção do patrimônio intelectual, artístico, literário e científico. Institucional e cumulativamente, os registros de memória abrigam-se em um lugar do presente, todavia, é onde o passado pode ser questionado, revisado, renovado, atualizado, reconceituado em busca da transferência de memória.

6. Referências

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

ANTUNES, M. O Marquês de Pombal e os jesuítas. **Brotéria, cultura e informação**, Lisboa. v. 115, n. 2-4, p.123-142, ago./out. 1982.

ASSUNÇÃO, P. de. **Negócios jesuíticos**: O cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: Edusp, 2004.

BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo na charrua São José um elefante, pássaros e galinhas, vindos do Reino de Angola. AHU. Cx. 99, Doc. 7758.

CAPURRO, R. **Past, present, and future of the concept of information.** Creative Commons License, a. 7, n. 2, p. 125-141, 2009.

COSTA, F. A. P. da. **Anais pernambucanos.** Recife: Arquivo Público Estadual, 1953.

COUTO, J. J. da C. **O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu património [1759-1777].** Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990.

KEITH, H; EDWARDS, S. F. **Conflito e continuidade na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970

LATOUR, B. .Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas: memória dos livros no Ocidente.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995

MENEZES, U. B. de. Os paradoxos da memória. In: MIRANDA, D. S. de. **Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana.** São Paulo: Edições SESC, 2007. p. 13-33.

MIRANDA, D. S. de. **Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana.** São Paulo: Ed. SESC, 2007.

SANTOS, F. L. A expulsão dos Jesuítas na Bahia: aspectos econômicos. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 28, n. 55, p. 171-195, 2008.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo,** globalização e meio técnico-científico informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

VERRI, G. M. W. **Tinta sobre papel: livros e leituras em Pernambuco no século XVIII (1759-1807).** Recife: EDUFPE, 2009.

WATERTON, C. Second journey. In: _____. **Wanderings in South America.** Disponível em: <<http://ia200118.eu.archive.org/hdb1/texts/8wnsa10/8wnsa10.txt1>>

WEHLING, A. O pensamento jesuítico no Brasil colonial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 162, n. 410, 51-66, jan./mar. 2001.